



PCS NA CONTA !

Finalmente, nossa luta, iniciada há quatro anos, se materializou em salário pago aos bravos lutadores da FAETEC.

Os últimos anos foram vividos intensamente, tivemos vozes destoantes dizendo que não iríamos conseguir que esse projeto tramitasse, que seria imoral colocarmos as nossas perdas no Plano, diziam e dizem até hoje que seria uma luta menor. Mas a nossa categoria profissional tinha a clareza de que precisaríamos de uma lei ordinária que instituísse o nosso Plano de Carreira: esse fato fortaleceria tanto o aspecto remuneratório, pois atrairia e manteria os excelentes profissionais que temos, como serviria de importante contraponto às políticas eleitoreiras de desmonte da educação pública.

Foram várias lutas travadas, desde a implantação da Comissão de Elaboração do PCS, onde foi elaborado um projeto ambicioso no intuito de valorizar os profissionais de Educação da FAETEC, tanto docentes quanto administrativos. O ápice deste processo ocorreu com as duas históricas greves travadas em 2013 – e cada uma teve um papel importante no contexto de nossa luta. Garantimos que o projeto fosse enviado à ALERJ ainda naquele ano, e também conseguimos a chamada de mais 500 concursados além do edital do concurso de 2010. Esta foi outra vitória importante, visto que o número de vagas do edital do concurso estava aquém da necessidade real da fundação, e nossa luta obteve mais 50% de novos concursados, além das vagas do edital – é algo que poucas categorias conseguem. Além disso, tivemos a maior conquista de todas, que foi



a de que o sindicato e o Conselho de Carreira Temporário conseguissem interferir na mensagem que seria enviada à ALERJ por parte do governo.

Mais uma vez, temos a compreensão que nossos passos foram acertados. Entramos e saímos de nossas greves no momento certo. A direção do SINDPEFAETEC entendeu o recado da base, e negociou junto à categoria o nosso projeto dentro da ALERJ. Foram inúmeras reuniões e debates com a liderança do governo, presidência da casa e Comissão de Educação. Finalmente, no dia 24 de março deste ano, vimos a nossa luta se concretizar na sanção do governador à lei 2687/2013 que trata do nosso PCS.

Elaboramos um projeto muito ambicioso no contexto nacional do serviço público e lutamos para aprová-lo.

Chegamos muito perto disso no caso dos docentes, e em relação aos administrativos temos que avançar em algumas questões. Mas não houve perdas, ao contrário, tivemos na maioria dos casos de 50 a 60 por cento de reajuste, e a mesma perspectiva de progressão por tempo. Os números mostram que o nosso plano é competitivo em relação aos planos no âmbito estadual, inclusive da nossa Secretaria, e também no âmbito federal.

Depois da aprovação da lei que institui o nosso PCS, trabalhamos para cobrar da Administração da FAETEC que a logística do enquadramento dos profissionais fosse garantida e que receberíamos o novo plano em junho. Assim trabalhamos para resolver também peculiaridades que apareceram, para que direitos adquiridos não fossem retirados.



A LUTA SEMPRE CONTINUA !

Agora temos uma nova etapa para trilhar, temos lutas a serem travadas, mas teremos firmeza e tranquilidade para manter as conquistas obtidas. Precisamos avançar na questão do aproveitamento acadêmico dos administrativos, equiparação das tabelas de progressão entre PII e instrutores I, inclusão

dos professores especialistas (pedagogos, inspetores escolar, orientadores educacionais) na carreira docente, adicional de insalubridade e criar uma política de concursos para a Fundação.

Este breve histórico é importante para resgatarmos a memória todos os nossos momentos de tensão, enfrentamento, debates e concretização de um projeto que se tornou histórico na Fundação. Viva a luta dos profissionais da FAETEC!

Ensino Superior



Uma grande vitória da luta das unidades de Ensino Superior da FAETEC neste primeiro semestre de 2014 foi a confirmação, em Audiência Pública da Comissão de Educação da ALERJ, da realização de consulta às comunidades acadêmicas para diretores das seguintes unidades: FAETERJ – Rio, FAETERJ – Paracambi, FAETERJ – Petrópolis e Instituto Superior de Três Rios. Tal confirmação foi feita pelo Prof. Fernando Mota, Vice-Presidente pedagógico da FAETEC, com a presença do Prof. Márcio Campos, Diretor da DESUP. O SINDPEFAETEC, que sempre lutou por um processo democrático de escolha de gestores desta Fundação, cobrava da DESUP um tratamento igualitário para todas as unidades de ensino superior, pois percebia como incoerente o fato de algumas unidades da Fundação promoverem a consulta para diretores, e outras não. Finalmente obtivemos a resposta que procurávamos: em setembro e outubro deste ano, essas unidades de ensino superior terão, pela primeira vez, consulta pública para a escolha de seus Diretores. Vitória da democracia, vitória da luta dos profissionais da FAETEC.

Neste primeiro semestre de 2014 ocorreram diversas audiências públicas na ALERJ para discutir os avanços e impasses do Plano Estadual de Educação (PEE). O SINDPEFAETEC se fez presente a todas as audiências, mesmo àquelas que não diziam respeito ao ensino técnico ou superior, por entender que a educação estadual precisa ser analisada e discutida como um todo, para a promoção de uma verdadeira política de estado para o ensino público em todos os níveis. Os avanços observados nos últimos quatro anos foram tímidos, muito em função da falta de vontade política da esfera executiva, e pelo 'emperramento' do Plano Nacional de Educação, ainda não votado em Brasília. Mas os profissionais da educação do estado percebem que as condições de melhorar existem, e a educação pública do Rio de Janeiro reconhece que a rede FAETEC tem um papel importante nesse plano, e os servidores desta Fundação estão sempre prontos para contribuir diretamente no desenvolvimento de um ensino público de alta qualidade para a população do estado.

ESCLARECIMENTO À CATEGORIA



A partir do III Congresso, o formato da proporcionalidade para direção – onde as chapas garantem os assentos na direção de acordo com um coeficiente de votos atingidos, possibilitando a composição de várias correntes ideológicas, muitas totalmente antagônicas, e com enfrentamentos históricos – foi derrotado. A partir daí, a categoria recorrentemente vem endossando o formato de direção majoritário, pelo qual apenas a chapa vencedora compõe a direção no sindicato, ou seja, é a forma do “ganhou, levou”, por entender que é a forma eficaz de direcionar os trabalhos durante a organização da luta dos servidores por conquistas profissionais.

Refletindo o significado do termo *Majoritário*: *adj. Que pertence à maioria; que se apoia na maioria. Diz-se de um sistema de votos em que prevalece a maioria.* Portanto, quando a base de servidores fez a escolha pela Diretoria e Coordenadores da atual gestão, acreditaram em uma proposta trabalho **única**, partindo das discussões a partir desta base.

Acreditamos na democracia e na liberdade de pensamentos, acreditamos que a diversidade de ideias proporciona a troca e o crescimento em conjunto. A oposição (como a palavra já indica) deve ser realizada na **posição contrária** (tanto em pensamento como na prática). Os companheiros: Alessandra Abelha e Nilton Silva (Secretaria de Administração), Erika Carvalho (Secretaria do Quadro do Magistério – ensino médio), Gustavo Ferreira (Secretaria de Imprensa, Cultura e

Formação) e Marcelo Costa (Coordenação), todos Professores I, romperam publicamente com a direção do SINDPEFAETEC; ou seja, se declararam como oposição à direção, inclusive se manifestando nesses termos em audiência pública realizada na ALERJ. Discordaram publicamente da maneira como a direção do SINDPEFAETEC conduziu a luta dos servidores desta Fundação na conquista do PCS.

Contra fatos não há argumentos, mostrou-se acertado o direcionamento dado pela direção do sindicato, nas paralisações, no início das greves, na saída delas após termos conquistas, e nas negociações. Mais uma vez, afirmamos que todos nós, organizados pela direção do sindicato, fizemos história e conseguimos um PCS que nos deixa, inegavelmente, numa situação muito melhor do que aquela em que estávamos antes (inclusive melhorou muito para os companheiros dissidentes), e isso foi reconhecido por vários companheiros dirigentes de outros sindicatos, de toda a liderança (situação e oposição) do Colégio de Líderes da ALERJ, e pela presidência da Casa. O novo PCS precisa avançar, e assim o faremos, por não termos medo de lutar.

Por isso vamos fazer a discussão na base e nos diretórios regionais dos partidos políticos, nos quais está vinculada a maioria dos companheiros, sobre o fato de que, numa direção majoritária, a oposição publicamente declarada tem, de forma institucionalmente organizada, assumir esse papel de oposição fora da direção do sindicato.

Apenas discordar e ter divergência de opiniões, acatando a decisão da maioria dos membros da direção, é normal e rotineiro. Mas se manter ligados a uma representação da qual afirmam ser opositores não demonstra coerência ideológica, nem ética ou de postura pública. Uma oposição ética voltaria para suas unidades de origem, e formaria uma chapa de oposição, como a boa democracia pontua. Usufruir do espaço, licença sindical, nome e chapa de uma direção como oposição está correto com a base?

Reflexão sobre as dissidências sindicais



O movimento sindical sempre exerceu um protagonismo importante na sociedade brasileira. Mesmo antes da formação tardia do capitalismo brasileiro, os sindicatos já exerciam um forte papel na conjuntura do país. A modernização da sociedade brasileira só fez aumentar a importância dos sindicatos.

A história mostra que entidades e organizações da sociedade civil podem e devem estimular a criação de lideranças em defesa dos que representam – no caso dos sindicatos, os trabalhadores. Ela mostra que as oposições, de modo geral, fomentam discussões importantes e são bem-vindas no trânsito democrático, mas também alerta para que sejamos extremamente cautelosos, para que nenhum outro interesse se sobreponha àqueles coletivos, representados pelas organizações.

Nas jornadas de junho vimos o sentimento difuso “fora partido e fora sindicato” que expressa uma relação objetiva: sentimento nos manifestantes de que há uma integração dos partidos e sindicatos na engrenagem de dominação burguesa.

Neste contexto observa-se que todo o sistema de representação sindical e partidário entra em crise, porque os trabalhadores não os têm como reais representantes.

É fato que Sindicatos de Estado estão por todos os meios tentando tutelar o movimento dos trabalhadores, de forma a não atrapalhar os interesses do

capital. Estes sindicatos agem para regular a ação dos trabalhadores e para impedir que as lutas comprometam os interesses sistêmicos.

Nesta conjuntura vivemos um ciclo ascendente de greves do qual a principal contradição se dá entre sindicato de Estado e categorias de trabalhadores, ou entre direção e bases. Aliado a este sentimento temos ainda aqueles grupos que apontam o caminho de que as greves de cada categoria devem se transformar num conflito de classes e, para isso, precisam se transformar em greves de mobilização de massas, como se começou a fazer na greve dos garis, obrigando logo a prefeitura a recuar pelo medo da retomada das jornadas de junho. Para estes grupos, é preciso lançar a palavra de ordem de greve de solidariedade, e aumentar a pressão ao máximo.

Neste pensamento observamos também táticas violentas que, fora de uma estratégia autônoma de organização, não produzem vitórias no longo prazo, nem mesmo no curto. O terror e a desestabilização da ordem social não elevam qualquer relação. Estas atitudes nunca atendem aos verdadeiros anseios dos trabalhadores organizados.

Em meio a diversos sentimentos e motivações, surgem diversas dissidências em sindicatos. Muitas são as motivações políticas que levam um grupo a se declarar como dissidente, e estas motivações muitas vezes são mais importantes e prioritárias para este grupo que as

próprias reivindicações trabalhistas.

Podem ser tais as motivações: motivação que busca criar um clima favorável ao partido ou a candidatos aliados aos dissidentes, que também procuram desestabilizar políticos opositoristas, motivação de disputa de poder dentro dos sindicatos, motivação oportunista, manipulada ou solidária.

No caso do SINDPEFAETEC devemos refletir se cabe a nós a classificação de Sindicato de Estado. Mantemos um estatuto antidemocrático? Não permitimos a participação de chapas de oposição nos processos eleitorais que definem a direção da entidade? Afastamo-nos das lutas diárias de nossa classe?

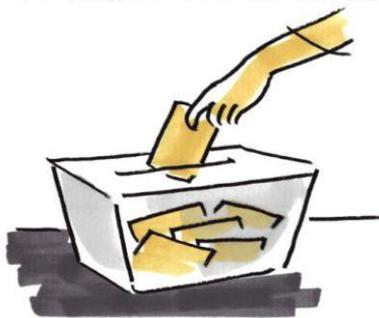
Então a quem interessa a dissidência no SINDPEFAETEC? Será fragilidade na liderança da entidade sindical, neste caso devemos acusar também nossos diretores dissidentes que fazem parte desta liderança, ou grupos políticos partidários infiltrados através dos dissidentes, na tentativa de transformar o SINDPEFAETEC - instrumento de luta dos trabalhadores em aparelho de partido A ou B?

Quando motivações ilegítimas e não trabalhistas ficam claras em movimentos sociais, deslegitima-se a categoria de profissionais e estimula-se a crise em nossas instituições, que de nada servem para aumentar ou consolidar direitos. Divergências internas só dificultam e alargam impasses que prejudicam a classe.

Direito coletivo é representado pela entidade sindical, e dissidência sindical não é entidade sindical, portanto é nula de direito e de representação.

Precisamos fortalecer nosso Sindicato que, diferente de outros, não é um Sindicato de Estado. Portanto, servidores, sindicalizem-se e passem a acompanhar e participar das ações de sua entidade, desta forma vocês estarão colaborando também para fortalecer o conceito de cidadania, e não apenas o direito nas relações de trabalho.

SINDPEFAETEC GARANTE DEMOCRACIA NO INTERIOR



O SINDPEFAETEC tem lutado de forma sistemática para que o processo de consulta à comunidade para diretores nas unidades da rede Faetec se amplie. Na última reunião do Conselho Consultivo, a direção deste sindicato travou um debate em que enfatizou ser primordial e necessário que esse processo se efetive também em outras unidades. Travamos uma discussão construtiva e embasada. A direção deste Sindicato lutou e conquistou mais uma vitória. Conseguimos garantir que o processo de consulta para diretores das unidades da Faetec seja estendido para todas as Escolas Técnicas da rede e a maioria dos Institutos

Superiores e Faculdades Tecnológicas. Exemplo disso são algumas unidades do interior. Dessa forma, vale registrar que em visitas às unidades de Volta Redonda e Paracambi, o SINDPEFAETEC mostrou mais uma vez que a nossa base está avançando. Fizemos reuniões onde foram discutidos pontos críticos destas unidades. Apesar de todos os problemas que dificultam os avanços das unidades do interior do estado, conseguimos garantir também o processo de consulta na Escola Técnica de Volta Redonda (ETE Volta Redonda) e na Faculdade de Educação Tecnológica de Paracambi (FAETERJ Paracambi). Cumpre enfatizar que o SINDPEFAETEC vinha a todo o momento pressionando a Presidência da FAETEC para democratizar o processo de consultas nestas unidades, para que assim, servidores de carreira desta Fundação sejam eleitos, e possam gerir estes espaços, erradicando de vez o coronelismo local característico dessas localidades. Nossa luta se concretizou, e o processo de consulta para as unidades da rede vai acontecer já em setembro/outubro deste ano, ampliando com isso o número de escolas que passam pelo importante processo de democratização. Vitória da luta!

REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO



09/06 segunda

14 horas

Sala Multimídia

2º andar - ETE República

Audiência Pública da Comissão Permanente de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.



O encontro teve como tema a “Análise do Plano Estadual de Educação: metas cumpridas e não cumpridas – Educação Técnica”.

Em 28 de maio de 2014, na ALERJ, ocorreu audiência pública cujo tema foi o Plano Estadual de Educação, e o SINDPEFAETEC atendeu ao convite do presidente da Comissão de Educação, participando desta discussão.

A dinâmica desta audiência consistiu na leitura das metas propostas pelo Plano desde sua entrada em vigor, via decreto, em 2009, com a participação da Presidente da FAETEC e representantes da SEEDUC, dentre outros.

Nesta ocasião, observou-se que avanços tímidos foram alcançados, apesar de alguns anos de aniversário desse decreto. Salientou-se a fragilidade, morosidade ou nulidade do efetivo cumprimento do mesmo, como já se sabe, pois todos temos a vivência da dinâmica fragilizada nas comunidades escolares de toda a rede, salvo exceções, se houver...

perfil mais aproximado da real cidadania. Além disso, foi ressaltada a ausência de uma política pública de educação que se mantivesse constante, ante as renovações de gestões locais, ou governos. Fez-se uma crítica contundente à questão da “má vontade” de quem de fato tem poder, competência e obrigação de materializar metas desse projeto, cuja inércia inviabiliza práticas tão importantes para o avanço do processo pedagógico, o que mostra a intenção do governo em não fazê-lo por opção de política de trabalho e não meramente ao acaso. Ressaltou-se também a falta de concursos públicos para nichos da educação básica que a FAETEC também abarca, entre outros temas, como a frouxidão na chamada de concursados para cargos em todos os quadros, fato que o Dep. Comte Bittencourt, naquele momento não quis aprofundar – problema que é uma questão mais que recorrente na história desse tipo de audiência, como se sabe, e pauta constante da luta da categoria como um todo e da sociedade esclarecida. Abrangeu-se nesse tópico também a cobrança de eleições diretas / consultas à comunidade para gestores em todas as unidades da rede para que, minimamente, se possa perceber mobilidade e avanço nesse quesito.

Avançando na leitura dinâmica do documento e percebendo-se a cada meta lida uma procrastinação e não adoção de práticas para tornar efetivo esse projeto, levantou-se a atual questão da SEEDUC extinguir cursos técnicos e/ou repassá-los para a FAETEC trazendo à baila um grande dilema envolvendo comunidades

SINDICATO PREPARA AÇÃO JUDICIAL



A direção do SINDPEFAETEC se reuniu com o advogado deste Sindicato para acertar os últimos detalhes para entrar com uma ação na justiça, com o intuito de garantir o pagamento do adicional de

SINDPEFAETEC EM VISITA AS UNIDADES

